

FUTURE-SE: PARA QUÊ E PARA QUEM DEVE SERVIR A EDUCAÇÃO?

Estevam de Oliveira Peixoto

“A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. (...)” - Theodor W. Adorno

Desde o início do governo Bolsonaro, tem se tornado cada vez mais notável o aumento exponencial da angústia pela qual as universidades públicas vêm passando. Após a demissão de um homem polêmico e atrapalhado da pasta do ministério da educação, não se imaginava que na sucessão viria o maior pesadelo para as instituições públicas de ensino superior de toda a história brasileira. No dia 8 de abril de 2019, Abraham Weintraub, homem do sistema financeiro, é designado ministro da educação do Brasil.

Em sua primeira declaração de projeção nacional, no dia 30 de abril, Weintraub afirmou que o ministério da educação cortaria recursos das universidades que, em vez de procurarem melhores resultados acadêmicos, estivessem promovendo balbúrdia. De imediato, já anunciou a diminuição de 30% nos orçamentos da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), universidades que, segundo ele, têm permitido eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente. Diante de tais afirmações, o Ministério Público chegou até a ajuizar uma ação civil pública contra o ministro e a União por danos morais coletivos. Posteriormente, o ministro decidiu democratizar os cortes: anunciou que o bloqueio de 30% estender-se-ia a todas as instituições federais de ensino no país.

Mais recentemente, dia 17 de julho, o governo anunciou o Future-se, um programa elaborado de

maneira autoritária, sem qualquer diálogo com a comunidade universitária, que propõe uma reestruturação da administração e financiamento das universidades e institutos federais. O programa é dividido em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo, pesquisa e inovação e internacionalização. Dos tópicos apresentados em cada eixo, vale à pena destacar os seguintes:

- gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);

- propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;

- autorizar naming rights (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado.

- aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;

- premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades de pequeno porte.

- firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do País;

- terceirização da gestão universitária: “A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão. Estes serão firmados pela União e pela instituição de ensino com organizações sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico,

Como colocado no primeiro tópico, haverá também criação de um fundo de investimento privado, nomeado como “Fundo Soberano do Conhecimento”, que teria grande parte de seu valor proveniente da doação de imóveis da União e entrada de investimento financeiro, em que empresas patrocinariam, segundo o ministro, as atividades de pesquisa e ensino promovidas.

O que esses tópicos acima têm em comum é o direcionamento da lógica do ensino, pesquisa e extensão, pilares da universidade, num sentido mercadológico, empresarial, acompanhado da terceirização da administração universitária. Embora o próprio governo afirme que não se trata de um processo de privatização de tais instituições públicas, fica clara a subtração do caráter público das universidades e institutos federais, na medida em que perdem sua autonomia financeira e administrativa, ou seja, se tornam dependentes de empresas privadas, e trabalharão à mercê de seus interesses que, em última instância, é pelo lucro. Assim, o caráter social e de produção de conhecimento crítico que é predominante nas Universidades Federais e IFES, hoje, será perdido.

Após os cortes de 30% nos orçamentos das instituições federais e ao anúncio do programa Future-se, fica evidente que o projeto do governo para a educação superior pública não é outro senão o esvaziamento justamente do sentido público que essa educação tem. Soma-se a isso a declaração do presidente Jair Bolsonaro na posse de Weintraub como ministro da educação:

“Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece realmente aprender coisas que possam levar a quem sabe ao Espaço no futuro”.

Fica a pergunta: para quê e para quem deve servir a educação?

Antes de ir diretamente ao ponto, cabe trazer à discussão o pensamento do velho Marx e sua perspectiva sobre classe dominante, a burguesia, sob o capitalismo, uma vez que o Future-se propõe a mercantilização do ensino superior público. Nas palavras do economista César Benjamin, sobre a análise marxista:

“(a) ela seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, fosse

pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo seria transformado em mercadoria; (b) ela seria compelida a ampliar o espaço geográfico inserido no circuito mercantil, de modo que mais riquezas e mais populações dele participassem; no limite, esse espaço seria todo o planeta; (c) ela seria compelida a inventar sempre novos bens e novas necessidades; como as “necessidades do estômago” são poucas, esses novos bens e necessidades seriam, cada vez mais, bens e necessidades voltados à fantasia, que é ilimitada. Para aumentar a potência produtiva e expandir o espaço da acumulação, essa sociedade realizaria uma revolução técnica incessante. Para incluir o máximo de populações no processo mercantil, formaria um sistema-mundo. Para criar o homem portador daquelas novas necessidades em expansão, alteraria profundamente a cultura e as formas de sociabilidade. Nenhum obstáculo externo a deteria.” (César Benjamin, 2008 – Folha de São Paulo)

À luz do exposto acima, não cabe a suposição de que a esfera da educação, mais especificamente a superior, estaria alheia a esse processo de mercantilização generalizada promovido pela classe dominante através da expansão capitalista. Queira-se ou não, todo processo educacional é necessariamente político. Tal processo integra a vida pública e dela participa, sendo influenciado e influenciador dos rumos históricos de determinada sociedade. O que Bolsonaro busca, diante da declaração exposta acima, e o ministério da educação, diante dos cortes do orçamento e do Future-se, é justamente suprimir essa consciência política das universidades e institutos federais.

Já se vislumbra uma possível resposta para a pergunta à respeito da serventia do processo educacional: um processo educacional baseado na reprodução capitalista não só se presta a produção e reprodução da mercadoria em si, mas também é um vetor de reprodução das relações de classe da sociedade capitalista. Em uma sociedade de classes, como a nossa, a reprodução do status quo, da divisão de classes vigente, naturalmente beneficia a classe

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer), uma razão que sirva como instrumento de dominação dos homens e mulheres e da natureza, como instrumento de manutenção e expansão da exploração capitalista vigente. Ela seria alienada do processo social de produção da ciência, representada pela obsessão de Bolsonaro em acabar com o que ele chama de “viés ideológico nas universidades” - em relação com a frase supracitada sobre a garotada que não se interessa por política.

Para que a mercantilização do processo educacional seja eficaz, é necessária uma adesão sem consciência, sob uma massificação de estudantes, professores e pesquisadores, havendo a supressão do sujeito e prevalência da massa, do todo igual, portanto uma supressão da crítica e emersão da razão instrumental. Toda comunidade passa a ser nivelada de acordo com sua serventia a produção de mercadorias, perdendo assim os indivíduos sua capacidade de subjetivação, essencial a uma educação emancipadora.

A todos aqueles e aquelas que têm um compromisso com uma universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e emancipadora, fica o dever de se fazer oposição a toda movimentação política que visa a redução da educação à categoria de mercadoria, por mais que essas movimentações venham arrojadas de um marketing ideologizado como modernizante, apontando a um suposto futuro que não nos serve. É fundamental também nessa perspectiva reafirmar o forte caráter político que todo processo educacional tem: o nazismo surgiu em uma das sociedades mais avançadas em termos de ciência e tecnologia. Antes de quisermos uma educação que um dia nos leve ao espaço, reivindicamos compreender o porquê de ir ao espaço. O conhecimento crítico deve se sobressair sobre interesses mercadológicos, empresas privadas não devem determinar quais projetos das universidades são financiados e quais ficam sem recursos. A universidade deve manter sua autonomia acima de qualquer interesse privado, isso é um direito constitucional.

Para finalizar, fiquemos, para reflexão, com a primeira frase de Theodor W. Adorno no início de seu ensaio “Educação após Auschwitz”, no qual ele

trata sobre a necessidade de uma educação que não nos brutalize:

“A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. (...)” - Theodor W. Adorno, Educação após Auschwitz, 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bolsonaro: ‘Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política’. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>.

Acesso em: 18 ago. 2019.

Karl Marx manda lembranças. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2009200824.htm>. Acesso em : 18 ago. 2019.

Bolsonaro: ‘Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política’. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>.

Acesso em: 18 ago. 2019.

MEC lança programa para aumentar autonomia financeira de universidades e institutos. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78211>. Acesso em: 18 ago. 2019.

Weintraub resume proposta para bancar universidades: “patrocínio, patrocinador, aluguel e parceria”. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/weintraub-resume-proposta-para-bancar-universidades-patrocinio-patrocinador-aluguel-e-parceria/>.

Acesso em: 18 ago. 2019.